



A presente edição da *Retratos de Assentamentos* reúne um conjunto expressivo de pesquisas que retomam, aprofundam e atualizam debates centrais sobre reforma agrária, educação do campo, tecnologias rurais, territorialidades, saúde indígena e desenvolvimento sustentável. Em diálogo direto com os desafios contemporâneos enfrentados pelos povos do campo, das florestas e das águas, os artigos aqui apresentados compõem um mosaico analítico que combina rigor científico, densidade empírica e compromisso político com a justiça social e ambiental no Brasil.

Abrindo o volume, *"Assentamento rural como espaço educador: o caso da Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger"* evidencia o potencial pedagógico das experiências agroecológicas construídas coletivamente, articulando saberes tradicionais e universidade pública em processos formativos transformadores. Em sequência, *"Escola Família Agrícola: dinâmica, limites e possibilidades"* aprofunda os desafios de sustentabilidade institucional das EFA e a centralidade das políticas públicas na manutenção de seus projetos formativos.

No eixo das lutas sociais e da consolidação territorial, *"A luta pela terra na consolidação do território: a conquista do Assentamento Maria Rosa do Contestado"* documenta trajetórias de resistência e construção comunitária. Em diálogo com as dimensões étnicas e ambientais, *"Do tradicional à ocidentalização: soberania alimentar e saúde da população indígena Krenak"* revela como processos de desterritorialização impactam práticas alimentares e produzem adoecimentos associados ao rompimento de modos de vida tradicionais.

O volume aprofunda ainda reflexões estruturantes sobre a questão agrária brasileira. *"Estado e política fundiária no Brasil"*, *"Contrarreforma agrária: genealogia de uma categoria"* e *"Reforma agrária sob a perspectiva do desenvolvimento territorial"* analisam continuidades históricas, limites institucionais e disputas políticas que moldam caminhos possíveis para um desenvolvimento territorial justo.

As transformações territoriais contemporâneas e seus efeitos emergem com força em *"Iniciativas pioneiras no remanejamento compulsório por hidrelétricas"* e em *"Matopiba – fronteira do desenvolvimento e da contradição"*, que revelam contradições da expansão infraestrutura-agronegócio e explicitam vulnerabilidades sociais, desigualdades e conflitos fundiários.

No campo econômico-produtivo, *"Agricultura familiar e cooperativismo no Rio Grande do Sul"* examina a ambiguidade do cooperativismo camponês diante do agronegócio; *"Ferramentas tecnológicas na agricultura familiar"* demonstra como a conectividade e a modernização impactam a dinâmica produtiva dos assentamentos; e *"Micro usina bioconstruída com planejamento permacultural"* propõe um modelo inovador de beneficiamento agroecológico, articulado à regeneração ambiental e ao fortalecimento da autonomia camponesa.

Encerrando esta edição, é inevitável relacionar as discussões aqui apresentadas ao cenário internacional marcado pela realização da COP30, sediada pelo Brasil em 2025. Diversos documentos apontaram que o evento, ocorrido em Belém do Pará, constituiu um marco por coincidir com os dez anos do Acordo de Paris e os 33 anos da ECO-92, recolocando a Amazônia no centro da diplomacia climática global. Destacou-se que o país assumiu o desafio de articular compromissos compatíveis com a urgência climática, especialmente no que se refere ao financiamento climático, às ações de adaptação e aos mecanismos de perdas e danos, além de impulsionar debates sobre transição energética justa, eliminação progressiva dos combustíveis fósseis e enfrentamento ao desmatamento (WWF, 2025).

Análises indicaram que a COP30 foi decisiva para a definição da Meta Global de Adaptação e para o avanço das novas NDC (Contribuições Nacionalmente Determinadas, na sigla em inglês), fundamentais ao cumprimento das metas climáticas globais. Os países presentes que assumiram novos compromissos com as NDC representam 74% do total de emissões do planeta. A COP ficou marcada pela inserção e participação social, com destaque para povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, reconhecidos como atores centrais na promoção da justiça climática e na proteção dos ecossistemas amazônicos, essenciais ao equilíbrio ambiental planetário. Destaca-se também a Marcha dos Povos que mobilizou mais de 70 mil pessoas nas ruas de Belém (WWF, 2025; WRI, 2025).

Como ressaltaram o presidente Lula, a ministra Marina Silva e António Guterres, Secretário Geral da ONU, no primeiro Balanço Ético Global, o enfrentamento e adaptação às mudanças climáticas passam necessariamente pela equidade, inclusão e responsabilidade compartilhada, elas devem orientar as decisões climáticas e priorizar aqueles mais afetados pelos impactos da mudança do clima (WRI, 2025).

Nesse contexto, a crítica ao acordo climático aprovado apontou sua fragilidade ao omitir referências diretas a carvão, petróleo e gás, o que provocou forte reação da comunidade científica e da sociedade civil organizada, que apostavam na referência ao fim dos combustíveis fósseis no documento final da conferência. Pesquisadores alertaram que a meta de 1,5°C é inalcançável sem a eliminação progressiva desses combustíveis e sem o combate efetivo ao desmatamento — fragilidade associada à pressão de países dependentes do petróleo, enquanto mais de 80 nações defenderam compromissos mais firmes (ZANIN, 2025).

Paralelamente, emergiu uma ofensiva organizada de desinformação que mobilizou cerca de R\$ 26 milhões para desacreditar as COP, combinando campanhas direcionadas, conteúdos enganosos e pressão institucional de lobistas do setor fóssil. Tal movimento evidencia que, embora imperfeitas, as conferências têm relevância estratégica suficiente para ameaçar interesses consolidados (ZANIN, 2025).

As COP vinham sofrendo um processo de esvaziamento ao excluir a participação da sociedade e se transformar num palco de negociações entre governos e agentes econômicos. A presidência brasileira, como foi destacado por vários meios internacionais, ao recolocar o tema do comércio, das florestas e inserir a sociedade e outros atores sociais no processo das discussões, aumenta a esperança.

*Ferrante et al.*

Nesse cenário, a COP30 representou uma oportunidade geopolítica singular ao Brasil. Belém tornou-se o centro dos debates sobre Amazônia, transição energética e justiça climática, reforçando que combater a desinformação é tão crucial quanto reduzir emissões. O fortalecimento das COP, da ciência, da governança ambiental e da mobilização social surge como caminho decisivo para enfrentar a crise climática, reafirmando o papel do Brasil como ator estratégico comprometido com um futuro ambientalmente seguro e socialmente justo (ZANIN, 2025). Vale destacar ainda que esta foi a primeira COP que trouxe uma referência clara sobre o papel da agricultura familiar e da agroecologia nas agendas climáticas.

O diálogo estabelecido com os debates contemporâneos da COP30 reforça a atualidade e a relevância desses trabalhos. As discussões sobre redução de emissões, eliminação progressiva dos combustíveis fósseis, financiamento climático, adaptação às mudanças do clima, preservação da biodiversidade, justiça climática e a inserção da agricultura familiar neste debate encontram eco nas temáticas tratadas ao longo deste volume. Ao analisar experiências de agroecologia, cooperativismo, resistência territorial, impactos de grandes empreendimentos, políticas fundiárias e tecnologias de baixo carbono, as pesquisas publicadas nesta edição demonstram que os assentamentos, povos originários e comunidades rurais não são apenas sujeitos impactados pela crise climática — são protagonistas de soluções concretas e de alternativas estratégicas para a construção de futuros sustentáveis.

No que tange ao tema da reforma agrária e direitos fundiários é importante destacar que quinze países, entre eles o Brasil, lançaram o Compromisso Intergovernamental de Governança Fundiária, que busca assegurar e reconhecer formalmente 160 milhões de hectares de terras ocupadas e utilizadas por Povos Indígenas e comunidades locais. O Brasil anunciou a homologação de terras indígenas e outras iniciativas, e a Indonésia se comprometeu a fazer o mesmo. Esses resultados demonstram uma mudança significativa no reconhecimento do papel que Povos Indígenas, afrodescendentes e comunidades locais desempenham na proteção dos ecossistemas que sustentam a todos nós.

Trazendo essa discussão para as terras públicas estaduais, dentre eles São Paulo, assistimos a um verdadeiro crime de lesa patrimônio, através do desmonte das instituições de pesquisa que dera ao Estado o destaque no cenário do desenvolvimento nacional e por isso mesmo sendo cobrado pelo STF a apresentar um plano para recompor a pesquisa ambiental no Estado. Igualmente, seja através no processo de entrega de terras públicas onde a venda de mais de 47 mil hectares de terras foram autorizados por cerca de apenas 10% do valor estimado renunciando à arrecadação de impostos para investir no desenvolvimento do Estado e em desacordo com Constituição Federal e Estadual que determinam que a regularização fundiária deve ser primeiramente para atender aos agricultores sem-terra. Assim, ao mesmo tempo em que dialoga com agendas globais, Retratos de Assentamentos reafirma sua identidade: a de um espaço de reflexão científica comprometido com a justiça social, a defesa do território, a soberania alimentar e a construção de um projeto de país ambientalmente responsável e socialmente justo. Encerramos esta edição certos de que os conhecimentos aqui sistematizados fortalecem a compreensão crítica do presente e contribuem para orientar ações — acadêmicas, políticas e comunitárias

— em direção a uma governança climática e territorial mais democrática, inclusiva e coerente com os desafios do nosso tempo.

E é justamente assim que a Retratos de Assentamentos vem trabalhando ao longo de seus 30 anos: articulando pesquisa rigorosa, compromisso social e a valorização das vozes que constroem, defendem e reinventam os territórios rurais brasileiros.

**Boa leitura.**

**Os Editores**

## **Referências**

ZANIN, H. **Novo acordo e contrapropaganda**. LinkedIn, 23 nov. 2025. Disponível em: Novo acordo e contrapropaganda. Acesso em: 27 nov. 2025.

WWF BRASIL. **A COP 30 no Brasil**. 2025. Disponível em: [https://www.wwf.org.br/cop\\_30/](https://www.wwf.org.br/cop_30/). Acesso em: 27 nov. 2025.

WASKOW, D.; GARCIA, M.; SROUJI, J.; SWABY, G.; LARSEN, G.; COGSWELL, N.; ALAYZA, N.; OLIVEIRA, M.; ROBINSON, M.; BARBER, C. (Chip); SANDRINI, M.; SILVERWOOD-COPE, K. **Resultados da COP30 para além das manchetes**: avanços e frustrações. WRI Brasil, 26 nov. 2025. Disponível em: <https://www.wribrasil.org.br/noticias/resultados-da-cop30-para-alem-das-manchetes-avancos-e-frustracoes>. Acesso em: 30 nov. 2025.